

## NOTA PARA IMPRENSA

Estudo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGN-UFSC) e ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina (CECANE-SC) investigou as ações educativas sobre alimentação orgânica realizadas nas escolas municipais dos 5565 municípios brasileiros em 2012. A pesquisa procurou investigar se estas atividades estavam sendo ou não realizadas pelos nutricionistas vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cada município, e avaliou ainda a sua possível associação com a carga horária semanal e o tempo de serviço nos municípios por parte destes profissionais.

O trabalho foi realizado pela mestranda em Nutrição Tayse Valdira Vieira, sob orientação do Prof. David Alejandro González Chica, ambos do Programa de Pós-Graduação em Nutrição/UFSC. No total participaram da pesquisa 5184 municípios (93,1% do total dos 5565 municípios brasileiros existentes em 2011). O estudo mostrou que apesar da legislação brasileira estabelecer que todos os municípios brasileiros deveriam ter nutricionistas responsáveis técnicos (NRT) pela alimentação escolar, em 5,8% dos municípios não se atingiu esta meta, o que representa aproximadamente 300 municípios em todo o país. Segundo Tayse a presença dos nutricionistas nos municípios para trabalhar com esta política de alimentação escolar é de grande importância, não somente para a realização de ações educativas no ambiente escolar, mas também para garantir uma alimentação adequada para os alunos. Atualmente no Brasil uma a cada três crianças em idade escolar estão acima do peso, sem contar que algumas regiões brasileiras ainda sofrem com a desnutrição. Para tal o NRT precisa garantir uma alimentação adequada dos escolares em termos de quantidade e qualidade, respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade.

Os resultados do presente estudo mostram uma situação mais preocupante sobre esta temática, pois somente um a cada três municípios estão sendo realizadas ações educativas como estratégia para estimular o consumo de alimentos orgânicos. Consumir este tipo de alimento é importante devido ao crescente consumo de agrotóxicos no Brasil e das evidências sobre o malefício dos resíduos químicos para a saúde. Mas também porque uma política do governo federal lançada em 2009, com a Lei 11947, procura estimular o crescimento econômico regional mediante o uso de alimentos provenientes da agricultura familiar e dos orgânicos. Com isto, os resultados desse

estudo mostram que alunos, professores e merendeiras não estariam recebendo a capacitação e o estímulo necessário sobre a importância dos alimentos orgânicos não apenas na alimentação escolar, mas também como atividade educativa nas escolas.

De acordo com a pesquisa, há ainda inadequação quanto à contratação, sendo que mais da metade dos nutricionistas atuam com carga horária inferior às 30 horas semanais recomendadas pela legislação, especialmente na região Nordeste. Ainda existe uma alta rotatividade entre os nutricionistas nos municípios, considerando que dois a cada três destes profissionais estão no cargo há menos de dois anos, sendo novamente mais frequente esta situação nas regiões Norte e Nordeste. A pesquisadora aponta que um dos motivos para esta alta rotatividade aconteceria em decorrência das formas de contratação do NRT pelos municípios, pois os municípios podem optar por diferentes formas de contratação que não precisam de vínculo permanente e que são permitidas pela legislação.

As consequências destas condições de trabalho foram verificadas neste estudo, considerando que a realização das atividades educativas nas escolas foram menos frequentes nos municípios em que o nutricionista está há menos 12 meses e nos casos em que o nutricionista trabalha menos de 30 horas por semana no município.

Tayse destaca que o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) têm vários desafios para articular da melhor forma as atividades dos nutricionistas com as diversas funções que este profissional deve desempenhar para favorecer a utilização dos alimentos da agricultura familiar e do gênero dos orgânicos. A pesquisadora refere que o panorama nacional apresentado neste estudo deve servir para que os órgãos reguladores possam desenvolver ações para contribuir com o aumento no quadro de nutricionistas nas secretarias de educação e no ambiente escolar, devendo ainda ser revistas as normativas de contratação destes profissionais e de cargas horárias compatíveis com as atividades a serem desempenhadas. Novas reflexões devem ser feitas quanto à forma de contratação dos nutricionistas pelos municípios a fim de minimizar a alta rotatividade e a sobrecarga de trabalho, que afetou a qualidade do serviço prestado.

**Mais informações:** Tayse Valdira Vieira, [tayse.nutri@gmail.com](mailto:tayse.nutri@gmail.com) ou David Alejandro González Chica, [david.epidemiologia@gmail.com](mailto:david.epidemiologia@gmail.com)

**Financiamento:** Programa de Pós-Graduação em Nutrição/UFSC – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)/Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC).